

NOTA OFICIAL DO COLETIVO NACIONAL DOS ELETRICITÁRIOS

Esclarecimento sobre contribuições financeiras para contratação de consultoria parlamentar – Veto 50/2025 (PL 1791/2021)

O Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE vem a público prestar esclarecimentos à categoria sobre recentes mobilizações envolvendo a arrecadação de recursos financeiros para a contratação de assessoria parlamentar com o objetivo de atuar pela derrubada do Veto 50/2025, que trata do Projeto de Lei nº 1791/2021.

Antes de tudo, reafirmamos nosso respeito às iniciativas que, de forma autônoma, buscam contribuir para o fortalecimento da mobilização em torno desse importante tema. No entanto, é nosso dever esclarecer que **o CNE, bem como as federações e sindicatos que o compõem, não está solicitando contribuições financeiras nem participando de campanhas de arrecadação (“vaquinhas”) nesse sentido.**

Sobre a legalidade e os princípios estatutários das contribuições sindicais

As entidades sindicais possuem natureza coletiva e sua atuação é regida por **princípios estatutários, legais e democráticos**. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro — especialmente a Constituição Federal, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e os próprios estatutos das entidades — **qualquer deliberação que envolva a destinação de recursos financeiros dos trabalhadores deve obrigatoriamente ser aprovada em assembleia geral regularmente convocada, com ampla divulgação e participação da base.**

Trata-se de um princípio de **legalidade, transparência e prestação de contas**, que garante que a vontade da categoria seja respeitada e que os recursos coletivos sejam utilizados com legitimidade.

Por esse motivo, o CNE orienta que **nenhuma contribuição seja feita em nome de sindicatos ou entidades representativas sem que haja deliberação expressa em assembleia**, sob pena de desrespeito ao processo democrático e à autonomia sindical.

Nossa linha de atuação

Com a reabertura dos trabalhos no Congresso Nacional, o CNE já retomou suas articulações institucionais. Nossa mobilização seguirá sendo conduzida diretamente pelos dirigentes sindicais, por meio de diálogo estratégico com parlamentares da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e representantes do Poder Executivo.

Rejeitamos qualquer forma de abordagem ofensiva ou personalista. **Não compactuamos com ataques ao presidente Lula ou qualquer outro agente político**, por entendermos que esse tipo de conduta mais fecha portas do que contribui para o avanço da pauta.

Ressaltamos que, mesmo após uma eventual derrubada do veto pelo Congresso, caberá ao Executivo decidir sobre a promulgação da matéria ou eventual judicialização, o que reforça a importância do diálogo institucional contínuo.

Nas próximas semanas, representantes do CNE estarão em Brasília cumprindo uma **agenda estratégica junto ao Congresso Nacional e ao Governo Federal**, reforçando o compromisso com a defesa dos direitos da categoria.

Seguimos unidos, responsáveis e comprometidos com a luta por justiça e valorização dos eletricitários.

Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE